

A. I. N° - 298942.0007/07-5
AUTUADO - CEOLIN AUTOMÓVEIS LTDA.
AUTUANTE - HELDER RODRIGUES DE OLIVEIRA
ORIGEM - INFAZ T. FREITAS
INTERNET - 29.04.2008

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0074-02/08

EMENTA: ICMS. 1. DAE — DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO ESTADUAL. FALSIFICAÇÃO. Contribuinte comprovou haver efetuado o recolhido conforme correspondência do banco arrecadador. Fiscal autuante reconheceu improcedência da autuação. Imputação não comprovada. **2. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS EFETUADAS POR MICROEMPRESA COMERCIAL VAREJISTA. FALTA DE PAGAMENTO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO.** De acordo com a legislação da época, a microempresa comercial varejista, ao adquirir mercadorias de outras unidades da Federação, deveria efetuar o pagamento do ICMS por antecipação. O contribuinte reconheceu a infração. **3. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. a) BENS DESTINADOS AO ATIVO IMOBILIZADO. b) MERCADORIAS DESTINADAS AO USO E CONSUMO.** Nas aquisições interestaduais de mercadorias e bens destinados ao consumo do próprio estabelecimento e ao ativo imobilizado, é devido o imposto referente à diferença entre as alíquotas interna e interestadual. Infrações reconhecidas pelo contribuinte. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 27/06/2007, exige ICMS, no valor de R\$ 9.963,56, em decorrência:

- 1- Falsificou DAE – Documento de Arrecadação Estadual, destinado a arrecadação de receita estadual, para utilizá-lo como comprovante de pagamento de ICMS, deixando assim de recolher o imposto correspondente, no valor de R\$ 5.115,68.
- 2- Falta de recolhimento do ICMS por antecipação, no valor de R\$ 3.441,00, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente as aquisições de mercadorias proveniente de outras unidades da Federação e relacionadas no anexo 88.
- 3- Deixou de recolher o ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e destinadas ao consumo do próprio estabelecimento, no valor de R\$ 290,59.
- 4- Deixou de recolher o ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e relacionadas no anexo 88, no valor de R\$ 1.116,29.

O autuado apresentou defesa, fls. 75 a 77, impugnando a infração 01 e reconhecendo as infrações 02, 03 e 04.

No tocante a infração 01, ressalta que os referidos documentos foram apreendidos e se encontram em poder do Fisco, correspondente aos DAE's referentes a antecipação tributária nos valores de R\$ 213,41 e R\$ 2.350,20, datados de 06/12/2004 e 15/01/2005, respectivamente.

Frisa que houve equívoco ou, no mínimo, desatenção do fiscal ao constar na autuação valor diverso do real constante na descrição dos documentos como sendo R\$ 213,53 e R\$ 2.344,31, que por si só é suficiente para anulação do mesmo.

Salienta que se trata de documento de emissão pelo próprio sistema SEFAZ, demonstrando o fiscal não confiar no próprio sistema de informatização da instituição a qual pertence, ou então, além da acusação formal do autuado como fraudadora contra a ordem tributária, já que lhe impôs a acusação de falsificação de documentos fiscais, inclusive autenticação mecânica da rede bancária local, deixa no ar a “desconfiança” de estar o autuado a burlar o próprio sistema da SEFAZ, já que somente ele poderia emitir o referido documento com código de barra, conforme se apresenta.

Destaca que é de se causar estranheza o comportamento do fiscal, que sequer levantou informações junto ao departamento responsável da SEFAZ, ou mesmo junto ao banco arrecadador, antes de lançar a acusação caluniosa, posto que, conforme informa documento emitido do pela Agência 1642-7 (T. de Freitas), do Bradesco S/A, os valores correspondentes às autenticações “B B D 1652 101 593 C61204C 213,51 IR CB01” e “B B D 1652 101 971 170105C 2.350,20R CB01”, foram repassados à SEFAZ, nas remessas 0835 em 17.12.2004, linha 0558, e, remessa 0864 em 18.01.2005, linha 1.373, respectivamente, fato confirmado por preposto da SEFAZ, que confirmou a existência de tais valores naquela base da SEFAZ, o que somente demonstra uma “vontade desatada de autuar”.

Às folhas 80 e 81, o autuado acostou cópia da correspondência emitida pelo Bradesco, Agência de Teixeira de Freitas.

Na informação fiscal, fl. 96, o autuante informa que consultou o sistema INC e SIGAT e não localizou os recolhimentos, pois o banco passou as informações para SEFAZ com a indicação do CNPJ 99999999999999.

Assevera que antes da lavratura do Auto de Infração solicitou informações ao autuado, o qual informou que já havia requerido esclarecimentos ao Bradesco.

Ao finalizar, diz que, diante do exposto e das provas apresentadas a infração 01 deve ser excluída da autuação.

VOTO

Após analisar as peças que compõem o presente PAF, constatei que o autuante lavrou o Auto de Infração em tela, para exigir imposto decorrente de 04 (quatro) infrações.

As infrações 02, 03 e 04 foram reconhecidas e parceladas pelo autuado. Portanto, não existe lide em relação a mesma, estando perfeitamente caracterizada, razão pela qual entendo que deve ser mantida no Auto de Infração em tela.

No presente caso a lide persiste em relação à infração 01.

Na infração 01 é imputado ao autuado ter falsificado DAE – Documento de Arrecadação Estadual, destinado a arrecadação de receita estadual, para utilizá-lo como comprovante de pagamento de ICMS, deixando assim de recolher o valor correspondente.

Devo ressaltar que o autuante indicou o valor da infração 01 como sendo R\$115,68, que correspondia ao valor da multa de 200% sobre o valor dos apontados como suposta falsificação.

Em sua defesa o autuado ressaltou que é de se causar estranheza o comportamento do fiscal, que sequer levantou informações junto ao departamento responsável da SEFAZ, ou mesmo junto ao banco arrecadador, antes de lançar a acusação caluniosa, posto que, conforme informa documento emitido do pela Agência 1642-7 (T. de Freitas), do Bradesco S/A, os valores correspondentes às autenticações “B B D 1652 101 593 C61204C 213,51 IR CB01” e “B B D 1652 101 971 170105C 2.350,20R CB01”, foram repassados à SEFAZ, nas remessas 0835 em 17.12.2004, linha 0558, e, remessa 0864 em 18.01.2005, linha 1.373, respectivamente, fato confirmado por preposto da SEFAZ, que constatou a existência de tais valores naquela base da SEFAZ.

Na informação fiscal o autuante opina pela exclusão da infração.

Observei que, às folhas 80 e 81, o autuado acostou cópia da correspondência emitida pelo Bradesco, Agência de Teixeira de Freitas, comprovando o recolhimento do imposto, conforme reconheceu o próprio autuante.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, no valor de R\$4.847,88, conforme abaixo:

INFRAÇÕES	JULGAMENTO	ICMS DEVIDO
1	IMPROCEDENTE	0,00
2	PROCEDENTE	3.441,00
3	PROCEDENTE	290,59
4	PROCEDENTE	1.116,29
TOTAL		4.847,88

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 298942.0007/07-5, lavrado contra **CEOLIN AUTOMÓVEIS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$4.847,88**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, alínea “d” e “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 10 de abril de 2008.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – RELATOR

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR